

## OS CURSOS VOCACIONAIS E A GARANTIA DE EQUIDADE: PROBLEMAS E DESAFIOS

Jorge Pinto, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal,  
jorge.pinto@ese.ips.pt

Cristina Gomes da Silva, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal,  
cristina.gomes.silva@ese.ips.pt

**RESUMO:** O abandono escolar apesar de ter descido nos últimos anos é ainda preocupante no nosso sistema educativo mesmo com o do alargamento dos anos escolaridade. A forma escolar que enforma a escola e a sociedade não criam as melhores condições para se pensar em propostas realistas de inclusão de tanta diversidade de projetos e modos de estar na vida e em particular na escola. O facto do currículo se circunscrever apenas às disciplinas curriculares e o peso dado aos exames em todos os níveis de escolaridade vieram aniquilar quase por completo a construção de propostas curriculares alternativas de percursos diferentes mas igualmente valorizados.

O projeto “Too young to fail “ que envolve diversos países procura fazer um levantamento de “boas práticas” de prevenção do abandono.

Neste âmbito uma das práticas identificadas são os cursos vocacionais. Nesta nossa intervenção procuramos discutir não só os modos como estes cursos são implementados mas que exigências colocam em termos de acompanhamento pedagógico e psicológico para ter alguma qualidade e dignidade.

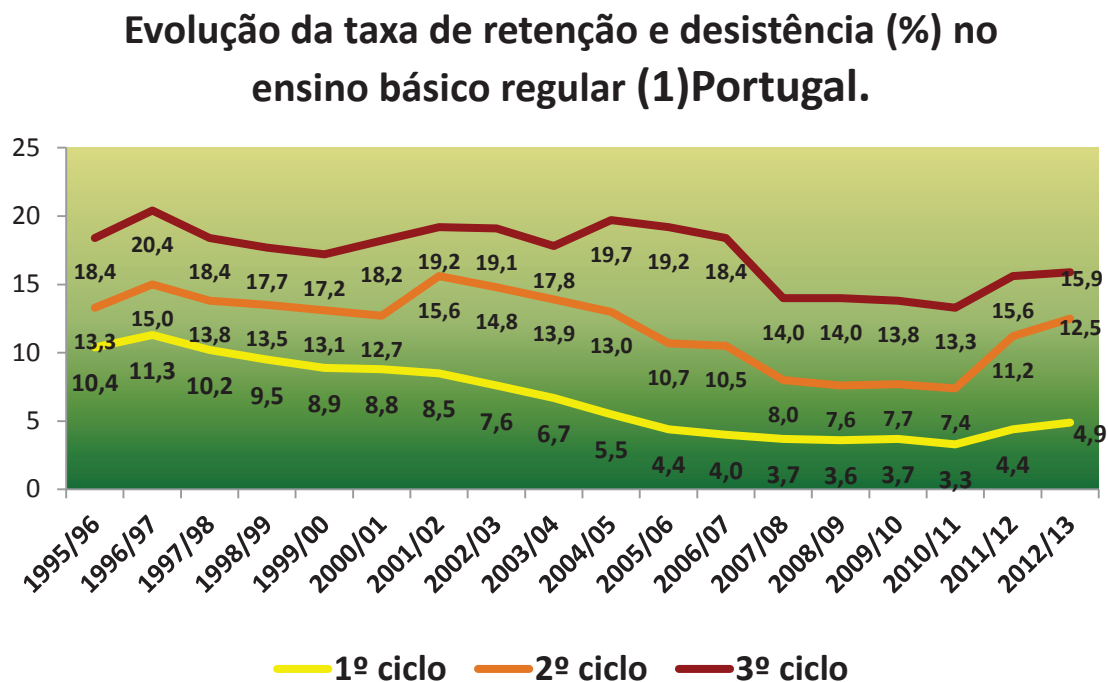
Sabemos que estes cursos fecham portas no prosseguimento de estudos, abrem algumas no mundo do trabalho. Será esta uma via possível na ausência de outras possibilidades uma vez que é o modo de resolver o enquadramento de alunos com elevadas taxas de repetência? Que mudanças podem ser introduzidas para poderem garantir um princípio da equidade em termos de igualdade de oportunidades?

### Introdução

É provavelmente um lugar-comum falar de crise da escola, sobretudo da escola básica enquanto espaço educativo capaz de proporcionar a uma mesma geração de jovens um patamar comum de conhecimentos que lhes permitam enfrentar o futuro com sucesso. Mas o certo é que à medida que se passa do 1º ciclo para o 3º ciclo do ensino básico as dificuldades escolares agravam-se quer ao nível das disciplinas curriculares, quer ao nível dos comportamentos. Apesar da preocupação, empenho e esforço que os professores põem no seu trabalho e na tentativa de inverter estas situações, a realidade mostra-nos que há ou parece haver uma certa cristalização nas rotinas organizacionais na organização pedagógica e sobretudo no funcionamento ao nível da sala de aula. Vejamos apenas alguns aspetos. Do

ponto de vista da equidade a escola tornou-se hoje profundamente desigual para os jovens em especial para os que não acompanham o que é definido como sucesso. Portugal ocupa atualmente o terceiro lugar dos países em que mais se reprova nos ensino básico (1º ao 9º ano) com uma taxa de 34,3%. Este valor só é superado pelo Luxemburgo e Bélgica que apresentam taxas de retenção na ordem dos 34,5% e 36,1% respetivamente. No extremo oposto está a Noruega, a Islândia e o Reino Unido com taxas de 0,0%; 1,2% e 2,7% respetivamente (Pisa 2012; OCDE). O atual modo de funcionamento assente numa rigidez curricular, num tipo de trabalho proposto aos alunos pouco atrativo e repetitivo, sem acompanhamento eficiente e muito pouco diferenciado e ainda um forte sistema de exames quer internos aos agrupamentos de escola quer nacionais (4º; 6ª e 9º anos) criam uma mistura pouco recomendável para o sucesso educativo e para a sua equidade. Muito pelo contrário criam condições favoráveis a um desinvestimento no trabalho e na aprendizagem e quando a tudo isto se acrescenta uma prática de avaliações sobre avaliações cujo único objetivo é o controlo quantitativo das aprendizagens, mas não da sua qualidade, tudo isto se agrava e o insucesso passa a ser uma quase banalidade bem como o conseqüente abandono escolar precoce. Quando depois estes factos são explicados pela “teoria” da constatação, onde as coisas são assim, porque os alunos não estudam, não trabalham o suficiente ou são desmotivados é difícil sair deste círculo vicioso. Mas vejamos mais alguns dados sobre a retenção em Portugal nos vários ciclos de estudo.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de retenção e de desistência no ensino básico regular em Portugal



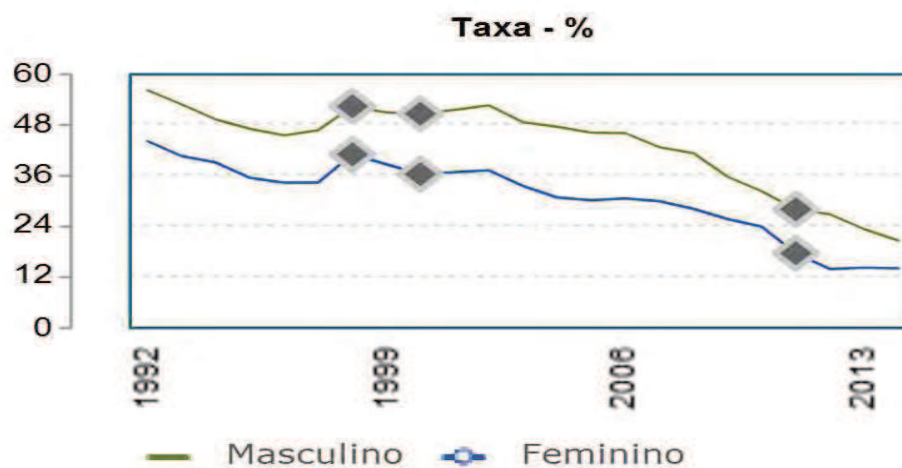
Fonte: Educação em números. Portugal - 2014. DGEEC - MEC

Podemos ver o que apesar de uma diminuição progressiva das taxas de retenção até 2010/2011 estas tendem a agravar-se a partir desse ano com especial incidência no 2º ciclo de escolaridade. Podemos ver que de facto a retenção em Portugal é persistente e estrutural mostrando até que ponto houve uma cristalização nas rotinas e no funcionamento da escola sem que se perceba realmente a bondade pedagógica da retenção ou dos exames enunciados como dispositivo ao serviço da qualidade educativa. Os resultados estão à vista e podemos perguntar mesmo se tudo isto será uma fatalidade com que teremos que viver. Contudo, os dados apresentados um pouco anteriormente antecipam uma possível resposta, a de que há pelo menos outras alternativas.

Ora associado ao problema das retenções e sobretudo das retenções repetidas surge o problema do abandono escolar. Portugal é em 2014 o quarto país da EU com maior taxa de

abandono escolar precoce (na faixa entre 18-22) com 14,7% só ultrapassado pela Espanha (21,9%); Malta (20,4%), Roménia (18,1%) quando a taxa média na EU é de 11.1 %.

Gráfico 2 - Evolução da taxa de abandono escolar precoce em Portugal



Fonte: Pordata, 2014

Apesar da enorme redução verificada entre 1992 e 2014, tendência que se verificou em todos os países da OCDE, Portugal tem ainda um grave problema a resolver em termos de repensar o modo de manter os alunos no sistema educativo garantindo a sua qualidade e a equidade. Mas este problema é ainda mais delicado quando vemos que em termos de género esta desigualdade se amplia pois as raparigas (14,1%) e rapazes (20,7) apresentam valores muito diferentes em termos do abandono. Portanto a questão que está hoje em cima da mesa é como lidar de forma equitativa com população escolar que apresenta uma diversidade social e cultural enorme. O caminho da escola burocrática (Machado & Formosinho, 2012) centrado numa organização e num trabalho pedagógico igual para toda leva a uma ampliação das desigualdades (Kahn, 2011).

### **A excelência escolar como preditora do futuro escolar**

Esta discussão não é nova mas a evolução do sistema educativo, as inovações introduzidas nas práticas pedagógicas como as ensaiadas nalgumas escolas nomeadamente em Vialonga (Bettencourt & Pinto, 2015) as múltiplas reflexões sobre as metodologias de ensino e as alterações curriculares levam-nos a recolocar também a questão do ensino vocacional enquanto possibilidade e conseqüentemente do condicionamento das escolhas feitas pelos indivíduos.

As escolhas individuais têm a marca das possibilidades existentes num determinado contexto e da informação de que os indivíduos dispõem e controlam sobre essas possibilidades, pelo que, quando analisamos as escolhas feitas pelos jovens, temos de ter em atenção que a sua orientação para esta ou aquela opção vocacional tem contornos que se relacionam quer com a oferta disponível no momento da sua opção, quer com a perceção que têm das possibilidades de concretizar com êxito a escolha que fizerem. Um dos momentos em que esta questão se coloca é à saída do 3º ciclo do ensino básico

Sem dúvida que um dos fatores preditores do percurso escolar dos jovens – quer relativamente à via escolhida, quer no que respeita à duração do percurso - é o seu nível de excelência. Num estudo levado a cabo nos anos 90' (Silva, 1999) testámos a hipótese de que a procura de áreas mais gerais era concomitante com uma maior excelência escolar, enquanto a procura de áreas predominantemente tecnológicas aumentava se a 'excelência' escolar fosse mais fraca.

Os dados obtidos permitiram-nos concluir que nas áreas científicas de carácter mais geral, pontificavam os 'bons' alunos, os que revelavam capacidades positivamente avaliadas pela escola e que se relacionam estreitamente com um trabalho iminentemente intelectual e que, nas áreas de cariz marcadamente Tecnológico, predominam os alunos 'menos bons', ou seja, os que no seu percurso escolar viram as suas capacidades negativamente avaliadas em

relação ao padrão de avaliação dominante que, como é sabido, valoriza muito mais as destrezas intelecto/abstratas em detrimento de outras mais empíricas. Estes dados vieram ainda corroborar a hipótese de que, já nas opções vocacionais frequentadas no 9º ano, os processos de discriminação social e escolar operam para que os jovens estudantes oriundos das classes populares, bem como os que têm menor excelência escolar anterior, sejam encaminhados, em maior proporção que os outros, para as áreas tecnológicas. A este nível, no entanto, trata-se de um processo que não afeta a estrutura das escolhas, apenas modula dentro dessa estrutura.

As conclusões a que chegámos permitiram-nos afirmar que a excelência escolar apresenta uma ligação fortíssima aos cursos relacionados com áreas marcadamente científicas e como referem Baudelot e Establet a este propósito "(...) la filière scientifique est devenue le lieu de formation de l'élite scolaire." (1992:139). Dito de outro modo a excelência escolar é principalmente uma excelência de carácter abstractizante, mais valorizada, que raramente conduz os estudantes a vias de cariz mais prático, menos prestigiantes. De acordo com Jean Guichard

"(...) c'est l'excellence - scolairement définie - qui est le critère de la liberté de choix. Le meilleur élève - au sens scolaire du terme - obtient ce qu'il désire. Et ce qu'il désire, c'est évidemment ce qui correspond à la norme sociale: l'entrée dans la filière la plus valorisée (...)." (Guichard;1993:207)

Deste modo, a ideia segundo a qual os cursos técnicos e tecnológicos serão tanto mais frequentados quanto maior for a percentagem de reprovações ao longo do percurso escolar tem aqui uma particular evidência. Não se trata de uma escolha inteiramente voluntária, antes tem raízes profundas na avaliação que os jovens fazem dos seus desempenhos em função da avaliação escolar feita pela instituição educativa. Como refere Marie-Durut-Bellat a propósito dos frequentadores do ensino profissional em França,

"(...) pour entrer aujourd'hui, dans un lycée d'enseignement professionnel apprendre le métier de pâtissier, il est plus important d'être en retard d'un an (pour avoir le droit de le demander), d'avoir un dossier scolaire convenable (pour être sélectionné parmi les nombreux candidats), d'être issus d'un milieu social relativement modeste (pour avoir l'idée de quitter si tôt le système scolaire), que d'être fortement motivé pour cette profession précise..." (Durut-Bellat; 1988:182).

Quase poderíamos dizer que a questão da equidade escolar só poderá ser garantida quando garantirmos a equidade social, ou de outra maneira, a escola não pode resolver os problemas da sociedade. Mas seria demasiado fácil deixar que a escola seguisse o seu caminho sem atender às diferenças transformadas, também pela sua ação, em desigualdades.

É por aqui que podemos recolocar a questão da orientação vocacional. Assim, falar de "vocações", "tendências" ou "capacidades" pouco terá a ver com efetivos procedimentos de orientação, cujo objetivo passa em primeiro lugar por informar para uma escolha mais eficaz, já que as escolhas não podem designar-se como tal, por derivarem de condicionamentos da oferta. Talvez, ao fazermos referência ao modo como alguns jovens vivem este processo, devêssemos utilizar a expressão de que há contingências às quais são alheios os principais interessados, na medida em que resultam de uma "pressão da oferta".

### **Os cursos vocacionais**

Os Cursos Vocacionais criados pela Portaria nº 292- A/2012, de 26 de setembro foram os últimos a ser criados no quadro da oferta de diferentes modalidades de ensino vocacional/profissionalizante, nos níveis básico e secundário de educação e assumem-se sobretudo como estratégias de remediação em percursos de insucesso que possam ter um desfecho de abandono escolar precoce. Mas, do nosso ponto de vista, apresentar este tipo de oferta à saída do 2º ciclo do ensino básico (dirigem-se a alunos com 13 anos de idade) ou

mesmo ainda ao nível do 2º ciclo, é forçar um caminho que nada tem de escolha consciente e que desobriga a escola da sua função de garantir aprendizagens comuns durante o máximo período previsto (3º ciclo). Mesmo apesar de sabermos que estes cursos integram disciplinas de língua portuguesa, matemática e língua estrangeira (o inglês é obrigatório) há uma ‘cultura’ inerente ao ensino regular que se perde nesta ‘irregularidade’. No relatório elaborado pelo CNE encontramos uma ressalva importante mas com pouca resolução: estes cursos apenas conferem certificação escolar.

“Nas restantes componentes curriculares e disciplinas os cursos vocacionais aproximam-se mais do ensino regular do que os CEF, ao que não será alheio o facto de a certificação daquela modalidade só conferir diploma escolar, sem certificação profissional.” (CNE, 2013; 136).

O que significa que fora do ‘mercado escolar’ o diploma pode não ter validade.

### **O Projeto “Too Young Too Fail”**

Este projeto europeu Erasmus +, resulta de uma parceria entre sete instituições de cinco países (Itália, Holanda, Reino Unido; Espanha e Portugal) cujo principal objetivo é identificar e estudar de forma aprofundada e construir materiais de formação para intervir de forma adequada na prevenção do abandono escolar precoce sobretudo na faixa etária dos 10 aos 15 anos.

Nesta primeira fase o objetivo foi o de identificar e descrever um conjunto de “boas práticas” nos diversos países utilizadas e reconhecidas como úteis no combate ao abandono escolar precoce. Após a sua identificação em cada uma das escolas, houve uma entrevista com a pessoa responsável segundo um guião elaborado para o efeito sobre cada uma das práticas. Uma das práticas mais frequentes nas diversas escolas consiste na oferta de cursos vocacionais.

Optámos então por escolher uma das escolas para a recolhermos a descrição dessa prática e perceber de forma mais profunda alguns eixos Escola azul de Setúbal mais sensíveis desta oferta formativa que pode ser decisiva para o seu funcionamento.

### **Os cursos vocacionais em geral: características.**

Estes cursos estão regulamentados Portaria n.º 292-A/2012 em regime de experiência piloto destinando-se a alunos a partir de treze anos que apresentem dificuldades sociais ou académicas, com mais de 13 anos e que tenham duas retenções no mesmo ciclo ou três em diferentes ciclos de escolaridade.

O plano de estudos tem uma estrutura modular e íntegra em termos de formação geral, as disciplinas de matemática, português e inglês, na formação complementar História/Geografia ou Ciências Naturais na componente vocacional deve proporcionar o contato com pelo menos três áreas profissionais. Estes cursos têm uma duração flexível em função das necessidades e tipo de público.

Estes cursos conferem o 6º e o 9º ano embora não confirmem certificação profissional.

Os alunos que terminem todos os módulos do seu plano de estudos podem prosseguir estudos, nos cursos vocacionais ou profissionais (secundário) do ciclo ou nível de escolaridade subsequente. A passagem para o ensino regular exige que os alunos tenham também aproveitamento nas provas de exame nacionais do 9º ano.

No caso estudado era um curso vocacional de 3º ciclo e as áreas vocacionais eram: Gestão desportiva e desenvolvimento; manutenção de instalações elétricas; hardware e software na perspetiva do utilizador. Este era um curso de dois anos

### **Aspetos críticos**

A necessidade de uma atenção e grande esforço na orientação vocacional.

Num primeiro aspeto sobressai a importância do processo de identificação e seleção dos alunos para este curso. Esta passa por uma entrevista com os alunos e os pais: (i) onde é feita uma abordagem às dificuldades do aluno, aos seus pontos fortes e fracos, às suas áreas de interesse cruzando e partilhando as opiniões; (ii) Uma clarificação deste tipo de oferta das suas implicações e a confirmação das expectativas face a este tipo de curso.

De seguida existe uma fase onde se faz um teste de interesses e aptidões vocacionais. Finalmente o aluno tem ainda um mês para experimentar esta via podendo após esta experiência desistir e voltar ao ensino regular.

Como podemos ver há todo um trabalho de coresponsabilização dos pais e famílias não só no momento da entrada mas também desejavelmente durante o curso. Naturalmente que isto requer um esforço redobrado dos técnicos nomeadamente dos psicólogos em todo este trabalho. No curso estudado havia reuniões semanais com os alunos no sentido de perceber o seu nível de motivação no curso e ainda de estimular a valorização pessoal.

### **A organização pedagógica**

Como podemos ver existem um conjunto de disciplinas formais para além das áreas vocacionais. Ora se os alunos podem aderir mais facilmente às áreas vocacionais continuam por vezes resistir aquelas que foram a razão de ser do seu insucesso. É muito importante nestes cursos ter uma equipe docente experiente e que trabalhe de forma colaborativa no sentido de um trabalho integrado e apoiado com estes jovens. Assim este trabalho de coesão pode estar ancorado justamente nas áreas vocacionais que dão sentido às outras disciplinas. Mais uma vez o trabalho de alguém que assegure esta perspetiva é fundamental. Como foi referido no curso estudado no primeiro ano havia um investimento muito forte no

desenvolvimento das competências pessoais e sociais e no segundo ano nas competências profissionais.

### **A componente vocacional**

Esta em que se pretende uma aproximação às atividades profissionais reais encontra três grandes obstáculos: a oferta existente na região que são na sua maioria micro empresas de comércio e serviços; a disponibilidade das entidades para receberem estes alunos, pois têm dificuldade em enquadrá-los e em prestar-lhe atenção e ainda algumas características dos alunos com a falta de pontualidade; de assiduidade e por vezes as atitudes e saber estar. Ora contornar estes obstáculos exige também um trabalho intenso a vários níveis como se pode ver. Assim, no nosso caso optou-se por no primeiro ano os alunos terem o contacto com as atividades vocacionais na própria escola, nos diversos serviços, e no segundo em associações ou em instituições de solidariedade social e muito poucos em empresas.

### **Conclusão**

No final deste curso e como balanço foram referidos os seguintes aspetos mais positivos e colocadas algumas reservas e requisitos a saber:

Apesar de ser uma primeira experiência não houve desistências no curso e o nível de sucesso foi elevado. Ou seja a maioria dos alunos completou com sucesso todos os módulos no tempo previsto ou seja nos dois anos.

Se tivessem continuado no sistema regular de ensino muito provavelmente teriam abandonado a escola antes de concluir o nono ano.

Os estudantes não se sentiram obrigados escolher este caminho, acharam mesmo que esta via era mais adequada para os seus percursos e expectativas em termos de futuro;

Os estágios foram um, fator importante para os alunos reestruturarem a sua relação e as atitudes face à aprendizagem

No entanto foi considerado que o curso é útil para o prosseguimento de estudos dos alunos problemáticos mas não uma boa oportunidade para preparar profissionalmente

Para que haja hipótese de êxito para os alunos é necessário que a equipe que trabalha com o curso o faça de um modo colaborativo e acredite neste projeto.

Será que esta pode ser considerada uma boa prática na prevenção do abandono escolar precoce? É certo que como vimos este caminho poder constituir uma possibilidade de escolarização ou de prevenção do abandono para muitos alunos. Contudo, aliás como foi levantado pelo responsável do curso ainda que por outras palavras, quando se corre o risco, do diploma não ter validade total nem no contexto escolar nem nos contextos profissionais; ou destes alunos não poderem prosseguir estudos em igualdade de circunstâncias com quem nunca saiu do sistema regular, poder-se-á falar de uma boa prática? Entendemos que esta questão pode ser provocadora, no entanto ela pode ser um pretexto para uma nova discussão sobre a escola que temos e a educação futura.

### Referências bibliográficas

- Baudelot, C, Establet, R., (1992), *Allez les filles!*, Paris, Éditions du Seuil
- Bettencourt, A; Pinto, J. (2015) Vers Une Éducation Inclusive à l'École de Vialonga: les Effets de la Mise en Place du Travail Autonome sur les Pratiques Enseignantes. In Marie-Anne Hugon & Bruno Robbes. *Des Innovations Pédagogiques et Educatives en Reponse à la Crise de l'École*. Arras: Artois Presses Université
- Conselho Nacional de Educação, O Estado da Educação, (2013), Lisboa, CNE
- Durut-Bellat, M., (1988), *Le fonctionnement de l'orientation - Génèse des inégalités sociales à l'école*, Lausanne, Delachaux et Niestlé
- Guichard, J., (1993), *L'école et les représentations d'avenir des adolescents*, Paris, PUF
- Fundação Francisco Manuel dos Santos, (2015) Pordata: [www.Pordata.pt](http://www.Pordata.pt)
- Machado, J; Formosinho, J. (2012) Igualdade em Educação, uniformidade escolar e desafios da diferenciação. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional n° 11* pp. 29-43
- Ministério da Educação e Cultura. (2014). *Educação em números. Portugal - 2014*. DGEEC - MEC
- Silva, C, (1999), *Escolhas escolares, heranças sociais*, Oeiras: Celta Editora
- Kakn, S. (2011) *Pédagogie Différenciée*. Bruxelles: De Boek
- Cursos Vocacionais: <http://www.dgeste.mec.pt>